

3

Entre dois momentos: a herança e a experiência

3.1

Palavras que motivam a ação: território; população; civilização

Memorial Orgânico

Capítulo Primeiro

Alguns enunciados

O Brasil é uma nação cujas raías com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedem ainda no fundo (na beira mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, a mais de três séculos, pelos reis portugueses. Ainda mais: assim como não há plano de comunicações internas que fomentem o comércio e a agricultura, também não consta havê-lo de defesa do país, a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga.

E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus.

No capítulo imediato procuraremos justificar a verdade destas seis proposições tão duras de proferir. A procedermos por outra forma, contra as nossas profundas convicções, haveria nisso adulação; e se esta para com os outros é baixeza, para com a pátria é um crime¹¹⁵.

Sendo esses os primeiros enunciados deste **Memorial Orgânico**, de início o território do Império (sua defesa, limites e administração) e a população deste aparecem como pontos centrais, ao lado da indisposição de Varnhagen à *adulação*. O que segue a tais enunciados são capítulos que não serão discutidos individualmente, pois dois temas os percorrem e dividem: o território (discutido nos capítulos: *limites, situação da capital, comunicações interiores, divisão atual em Províncias, defesa interna*); e a população (o sexto capítulo é nomeado *População*, sendo subdividido em: *Dos africanos; Dos índios bravos; e Dos colonos europeus*). Como fica claro no fim do **Memorial**, entre as proposições

¹¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 1.

colocadas a cada capítulo, Varnhagen prioriza a transferência da capital e a redefinição da divisão das províncias, pois

terá que adotar-se para o futuro se não quisermos ver ou fazer que o vejam nossos filhos, as províncias grandes conquistando as pequenas, e uma guerra civil espantosa logo que o crescimento da população excite os estímulos da guerra, que existem na natureza humana, e se desenvolvem quando desenfreada por qualquer causa accidental¹¹⁶.

No entanto, Varnhagen arma seu argumento de uma forma que essas duas proposições traziam com elas outras. Mostremos como se relacionam tais proposições e como se constrói o argumento.

A proposição sobre a *divisão atual em Províncias* partia do princípio de que a Nação devia ter um equilíbrio entre seus membros, equilíbrio que só seria alcançado por um planejamento adequado que permitisse, pela afirmação de um centro e, como veremos adiante, de uma *etnia*¹¹⁷, chegar a uma homogeneidade. Principalmente porque este *estado atual* era herança da falta de planejamento dos tempos coloniais e dos ministros de D. João VI que, preocupados com a beira mar, não constituíram nenhum projeto para o interior, o *estado atual* era de todo desarmônico e heterogêneo, o que contribuía fortemente para novas guerras civis. Frente a tal quadro, caberia a ele, Varnhagen, homem letrado e versado no assunto, interferir pelo artifício da crítica no rumo da história que, caso nada se fizesse, levaria a um futuro indesejável. A consciência desse futuro, então, justificava uma ação no presente, sugerindo, sobretudo, a superação de condições herdadas.

Assim o Brasil declarou-se independente, proclamou o Império e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma e com mais ar de colônia que antes de muitas colônias juntas que de Nação compacta¹¹⁸.

O **Memorial** tratava da superação da condição *colonial* em que se encontrava o Brasil e argumentava pela transformação de *colônia* em *Nação*, ou seja, da heterogeneidade fragmentada para um todo homogêneo¹¹⁹. Afirmava não

¹¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 43.

¹¹⁷ C.f. ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.

¹¹⁸ Opus cit, p. 2.

¹¹⁹ Existe entre certo consenso de que o **Memorial** tinha por argumento central a superação da condição *colonial*. C.f. RODRIGUES, José Honório. **Varnhagen: mestre da história geral do Brasil**. 275: 170-196, 1967; Idem. **Varnhagen: o primeiro mestre de historiografia brasileira**. 328: 135-160, 1980; LACOMBE, Américo Jacobina. **A construção da historiografia brasileira:**

ser apenas o *estado atual das províncias* lamentável, como a sua defesa incerta. Nesse sentido, Varnhagen apontava como fundamental que se cumprisse algum plano de defesa dessas províncias “a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga”.

O nosso sistema de defesa e conservação da Fronteira funda-se principalmente na independência em que deixamos os departamentos [como Varnhagen chama as novas províncias a serem fundadas] 1º, 16º, 17º, 18º e 19º, e na proteção que lhes dará o governo central em troca das exigências que mencionamos há pouco¹²⁰.

A defesa e divisão do território, então, eram proposições que não se separavam, pois estava previsto na redefinição das províncias que as fronteiriças seriam regidas por leis especiais, tendo por seus encargos alguns benefícios. Dessa forma, Varnhagen por uma só proposição harmonizava e defendia o *corpo* da Nação, caminhando em direção a um futuro que negava a condição *colonial* ainda presente. Tais proposições se imbricavam, ainda, com uma outra: a transferência da capital. Redefinir as províncias levava a questionar se a *situação atual da capital* era adequada.

Para construir este argumento, Varnhagen percorre um conjunto variado de Nações, demonstrando que, apesar de suas diferentes virtudes, todas tinham a vantagem de não serem tocadas pelo mar, do contrário seriam acessível a qualquer esquadra. Ou seja, por casos exemplares, percebia-se o melhor caminho a ser seguido. Se a história era mestra da vida, significa que algum *espaço de experiência* orientava a ação no presente. Destaquemos que esse *espaço*, no qual se encontravam os modelos e virtudes a serem apropriados, era nomeado por Varnhagen de *civilizado*. No argumento de Manuel Salgado, diz-se que

em suma: com a história é possível aprender de forma a não se comprometer à marcha do progresso social, História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional¹²¹.

o IHGB e a obra de Varnhagen. 152 (370): 310-329, 1977; Idem. *As idéias políticas de Varnhagen*. 275: 135-154, 1967.

¹²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico*. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 28.

¹²¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n.1, 1988, pp 13.

Nesse sentido, é certo que as *nações civilizadas* serviam de exemplo, porém Varnhagen assumia no **Memorial Orgânico** que esses exemplos deveriam ser levados em consideração apenas depois de uma crítica ao *estado atual* pelo qual se verificava as *necessidades do Brasil*. Afirmava que os discursos da época poderiam ser bastante refinados e repletos de exemplos sem que isso significasse um remédio às *necessidades do Brasil*, justamente porque

os nossos políticos demasiados embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no hábito de adotar às vezes com nimia prontidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil¹²².

O caso, então, não era o de adotar um exemplo apenas, como faziam os *aduladores*, mas o tratamento das *chagas do país* que a história revelava e, como mestra da vida, oferecia os instrumentos para superá-los. Dessa forma, ao responder a pergunta “Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?”¹²³, Varnhagen destacava doze pontos enumerando as vantagens e qualidades de transferir a capital para o interior. A interiorização da capital tinha como argumento inicial a melhoria de sua defesa. Sendo a *cabeça do corpo*, a capital não deveria ser exposta ao mar e a qualquer marinha. Devia se situar no interior, como constatou nos diferentes exemplos de outras capitais que havia enumerado.

Localizando-se no centro, a *cabeça* poderia harmonizar o *corpo*, atendendo melhor as províncias, tornando-se um pólo de *civilização* do interior tanto tomando providência sobre os *índios*, quanto enriquecendo e divulgando o *luxo* para outras províncias (nesse ponto *civilizar* aparece tanto como uma ação sobre o Outro, quanto como um conjunto de hábitos que constitui uma vida polida¹²⁴). A transferência da capital motivaria a vinda de *colonos europeus* à região central por seu clima menos tropical e ainda distribuiria riquezas pelos caminhos da beira mar até a nova capital, o que traria maior benefício ao interior sem prejudicar as cidades litorâneas. Por fim, ao invés de sugerir uma cidade já existente, Varnhagen propõe que se funde uma nova, para o que se deveria ter atenção às colocações sobre as qualidades do clima (Varnhagen foi leitor de Montesquieu, autor que citava com frequência) sendo a obra *Cosmos*, de

¹²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 2.

¹²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 10.

¹²⁴ Ver ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993-1994. 2 v..

Humboldt, a referência a ser adotada para determinar o clima mais favorável a uma capital. Previnindo-se de qualquer espanto que a transferência da capital pudesse causar, Varnhagen recorria à história nacional pela qual ficaria claro que não se tratava de um procedimento absurdo, afinal, as duas cidades que já serviram de capital foram fundadas pela vontade e decisão de alguns, sendo o caso de apenas repetir o processo. Seria fundamental, por fim, um *caminho de ferro* que ligasse a nova capital a rios navegáveis, dando início às soluções dos poucos *caminhos internos* da Nação.

Assim, se entrecruzavam boa parte das proposições sobre o território. A redefinição das províncias trazia com ela um plano de defesa, e a transferência da capital só seria possível com a construção de um *caminho de ferro*, donde se formariam alguns dos novos *caminhos internos* ainda sem nenhum tipo de planejamento. Varnhagen construiu seu argumento de forma que se as proposições que nomeava como fundamentais (a transferência da capital e a redefinição das províncias) fossem aceitas, outras viriam com elas e, dessa forma, a frágil condição *colonial* seria superada. A única proposição sobre o território que não se relaciona diretamente às outras é a que se refere aos *limites nacionais*.

“Como pois nos haveremos com as nove nações nossas limítrofes?”¹²⁵., Após se colocar como privilegiado e profundo conhecedor do assunto, Varnhagen pontua cada caso propondo acordos, que ou beneficiam ambas as nações em negociação ou revêm limites válidos apenas mal feitos, como aqueles com a Guiana Francesa que partiam de linhas retas o que, pela quantidade de montanhas que havia por lá, mostrou-se difícil de ser feito. Seria apenas o caso de tomar um rio ou algum outro ponto de referência. Em todos esses casos, as dúvidas sobre os limites nacionais encontrariam soluções em um conhecimento histórico já consolidado, sendo os **Anais da Província de São Pedro**, escrito pelo Visconde São Leopoldo (um dos três precursores do IHGB¹²⁶), a obra de referência¹²⁷. Apenas três fronteiras não deveriam ser definidas ainda, pois

¹²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 8.

¹²⁶ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os Precursores**. Rio de Janeiro: RIHGB 1888 suplemento, pg 49-53.

¹²⁷ A forma pela qual se discutiam as fronteiras nacionais será mais bem detalhada no próximo capítulo. Ver também uma discussão mais pormenorizada no sexto e sétimo capítulo da tese **A Máscara da Medusa: A construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX**, de Renato Amado Peixoto (2005).

Do Paraguai, Argentina e república de Montevidéu nada diremos. Convém esperar ver em que param os negócios de Montevidéu. Se a medianeira Inglaterra não garante a república montevidéana criada pelas preliminares de 27 de agosto de 1828, a Província da Cisplatina tem de voltar ao Brasil, ainda mediante uma nova guerra, e procurando pôr à frente de nosso exército um general mais feliz, rogaremos a Deus abençoe nossas armas¹²⁸.

Apesar de a delimitação do território aparentar estar consolidada, pelo que nos informam os documentos e relatos que confirmam a presença de portugueses em certas regiões (sendo o Brasil o herdeiro legítimo de tais territórios), a definição dos *limites nacionais* dependia, no **Memorial Orgânico**, do resultado de conflitos presentes. Assim, mais que uma delimitação, os *limites do Brasil* eram, neste **Memorial**, testemunhos perenes dos resultados dos conflitos por certos territórios. Nesse sentido, o *limite* sul do Brasil atestaria e lembraria a perda da Cisplatina por muitos anos¹²⁹, confirmando que ao Império brasileiro não seria possível expandir-se para além de suas fronteiras. Varnhagen, consciente de que certas decisões caberiam à *medianeira* Inglaterra, trazia em seu **Memorial** outra possibilidade de expansão para o nascente Império, uma *expansão para dentro*.

Assim, pelo **Memorial Orgânico** podemos nos aproximar do argumento de Mattos em **Construtores e Herdeiros**¹³⁰, pois as proposições de Varnhagen sobre o território traziam implícitas que no Império habitavam o *civilizado* e o não *civilizado*, e que mesmo entre os *civilizados* a legitimidade do centro não era simples, afinal ainda era possível uma guerra civil devido à deficiência do *estado atual das províncias*. Logo, seriam possíveis e necessárias pelo menos duas expansões: a expansão da *civilização* sobre o não *civilizado*; e a confirmação do

¹²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 10.

¹²⁹ Nas páginas da Revista foi impressa uma memória sobre a **Historia da Campanha do Sul em 1827 - Batalha de Ituzaingo**, onde seu autor, o Visconde de Barbacena, por uma avaliação dos documentos da época, desconstrói a idéia de que a derrota nessa importante batalha, que contribuiu para a perda da Cisplatina, foi da responsabilidade de Márquez de Barbacena que era, na verdade, grande herói. Independente da revisão da biografia, o Visconde de Barbacena afirmava em um tom raro na Revista que, por além de outros vetores como os interesses comerciais da Inglaterra, "A má fortuna do Império, em diversas épocas, tem provindo da imbecilidade dos homens, que governam e sacrificam a causa dos legítimos interesses nacionais" (PONTES, Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena. **História da campanha do sul em 1827: batalha Ituzaingo**. 49 (72): 29, 1876). Comentava, com essas palavras, as infelicidades cometidas pelo Governador da Cisplatina, cuja covardia o impediu de conter os primeiros impulsos nacionalistas de Lavalleja enquanto era tempo, o que levou a perda da província.

¹³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. **Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política**. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 25 nov. 2006.

novo centro. O cuidado com a divisão das províncias, sem a qual seria inevitável uma guerra civil, e a transferência da capital articulariam, justamente, a confirmação de um centro para o território nacional. A expansão da civilização sobre o não civilizado, no entanto, não se daria sem um cuidado especial com as *populações* que habitavam o Império.

Nesse sentido, Varnhagen desloca seu argumento do território para as *populações* que o habitam, aqueles que deveriam ser civilizados, incorporados ou combatidos como agentes que impediam a expansão. Por ter consciência dos *limites nacionais*, Varnhagen dirigia sua atenção para um território que ainda podia ser incorporado, desde que se arrumassem os meios necessários para fazê-lo e se desse conta daqueles que *lá* estavam. Dessa forma, africanos, índios e colonos europeus são as *populações* a que ele se refere, tendo outro grupo implícito em sua fala: os cidadãos livres e ativos. Como comenta Nilo Odália¹³¹, na *História geral do Brasil*, o branco aparece no projeto de Varnhagen como elemento que suplanta as duas outras populações¹³².

Em quanto à nossa população será por ventura necessário justificar a verdade de quanto dissemos?

A escravatura dos africanos torna o país escravo de si próprio; pois como diz o M. de Marica: o cativoiro apostema e tortura os escravos e seus senhores. É urgentíssimo impedir-se que entrem mais; e antes pedirmos todos à manhã esmolas e andarmos descalços que ver o belo e risonho Brasil – a nossa pátria convertida numa catinguenta Guiné. E cuidado que eles não dormem tanto como se pensa! Já tem feito seus ensaios em vários anos, no dia de Reis, em que se juntam por todo o Brasil, e só é para temer que uma vez se combinem a um tempo...¹³³

De início, é evidente que o argumento contra o tráfico de escravos e a dependência deste, além da condição *cattinguenta* dos *africanos*, não indica um cuidado e consideração com essa *população*, mas uma atenção à heterogeneidade da *população* nacional o que, por si, era indesejável. Afinal, previa-se que, caso não se interrompesse o tráfico de escravos, era de se esperar que *africanos*

¹³¹ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: UNESP, 1997.

¹³² “A opção irreconciliável por uma Nação branca e européia nasce, segundo o autor da *História geral do Brasil*, como o fruto amadurecido e temperado de uma experiência histórica em que as linhas da nova Nação são legadas e determinadas por uma civilização superior. Aos demais grupos étnicos e culturais, considerando vencidos, só lhes resta uma participação passiva no projeto da nova Nação e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco – única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade”. (Opus cit., pg 47).

¹³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 8.

tomariam o Brasil e o Brasil se tornaria *africano*. Na medida em que a continuidade do tráfico inviabilizaria a construção de uma *população* homogênea (desde o início do Memorial, Varnhagen destacava que pior que o pouco número era a heterogeneidade das *populações*), está em jogo nesse argumento, também, a necessidade de superação do tráfico enquanto herança da condição *colonial* que tencionava com o seu projeto de afirmar uma Nação. Tal tensão tem relação imediata com a condição do encontro com o Outro, frente o qual os *homens de boa fé* temiam a perda do local onde se encontravam.

É digno de nota que Varnhagen argumentava pela afirmação de uma Nação brasileira, porém contra um discurso que tinha grande força na época. Fazia seis anos que Bernardo Pereira de Vasconcelos, em seu discurso no Senado em abril de 1843, afirmara: “A África civiliza a América”: proposição que sintetiza os interesses que envolviam a manutenção da escravidão, os quais iam além de uma simples questão de mão-de-obra¹³⁴. É certo que o alerta de Varnhagen sobre a possível rebelião dos *africanos*, “eles não dormem tanto quanto se pensa”, tinha grande apelo; porém, a escravidão permeava desde longa data diferentes esferas e por isso o Império a perpetuava. A manutenção do monopólio da terra e mão-de-obra eram privilégios fundamentais para os colonos desde quando respondiam à metrópole portuguesa. Na *recunhagem da moeda colonial*¹³⁵, quando os colonos passaram a responder ao novo centro (a nova *cabeça* do Império localizada no Rio de Janeiro), eles recebiam em troca a continuidade de seus antigos privilégios. Se o monopólio da mão-de-obra era de fato uma demanda tão intensa, se a “África civiliza a América”, a disposição de Varnhagen em se manifestar contra a chegada de mais *africanos* se torna ainda

¹³⁴ A referência desta citação, assim como de sua importância singular, vem do artigo **Construtores e Herdeiros**, de Mattos e de suas aulas que tive oportunidade de assistir enquanto cumpria com as justas exigências da CAPES, pelas quais um bolsista deve experimentar um estágio de docência. Bernardo Pereira de Vasconcelos foi colocado em aula como aquele que direcionou o olhar dos *brasileiros*, até o momento preocupados com o possível retorno de um regime absoluto, para o futuro, e foi nesse movimento que afirmou a importância da escravidão para o Império. Por um gesto que coloca em dúvida uma separação rígida entre ensino e pesquisa, nessa aula Mattos desenhou sobre uma linha do tempo um boneco de traços simples com o rosto voltado para o passado, comentando a apreensão que gerava aos *brasileiros* que experimentavam as regências a possibilidade da restauração de um governo absoluto. No momento em que sua exposição chegou no discurso de Bernardo Pereira de Vasconcellos, apagou o rosto de seu desenho e o voltou para o futuro, marcando que foi nesse debate que perdia força o argumento da *restauração* (familiar a uma temporalidade cíclica com a qual operavam letrados como José Bonifácio) e se iniciava um tempo marcado pela experiência da superação de um passado que não mais regressaria.

¹³⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 3. ed Rio de Janeiro: Access, 1994.

mais significativa. Ou seja, era permitido a certos homens comentar assuntos delicados e, importa mais ainda destacar, que estes comentários não rompiam os limites de seus espaços. As proposições de Varnhagen de forma alguma se converteriam ou pretendiam promover um debate público. É certo, também, que seu argumento não é favorável à emancipação, pois, para substituir os *africanos* que não deveriam mais chegar,

para suprir seus braços cumpre que se tomem providências acerca dos indígenas, fazendo que se tire deles o possível proveito. (...) Para chamar colonos europeus cumpre acabar de uma vez com o sistema dos engajamentos em grande.¹³⁶

Tanto índios quanto colonos europeus deveriam ser empregados na substituição da mão-de-obra *africana*, mas o *índio* o faria enquanto cativo. Assim, argumentava que se havia alguma pretensão civilizadora no tráfico de *africanos*, porque não aplicá-la aos *índios*?

Temos a escravidão por lícita, e até conforme com o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária para a segurança do Estado, e melhor governo dos cativos. Creio-la ilícita e bárbara quando é possível evitá-la e isso se não faz. E que diremos quando até se promove indo longe por ela? Sustentam todos no Brasil que os africanos melhoram de sorte deixando suas pátrias e passando a América, onde são bem cuidados e doutrinados na fé. Pode ser: mas os seus filhos? Mas eles mesmos, depois de doutrinados e civilizados não ganhariam mais em ficar livres? Se os trouxestes da África *por bem deles*, completai vossa obra. – Dá-lhes a liberdade. Mas ainda nesse caso seria uma sem razão, e até uma espécie de ingratidão, estarmos deixando os índios bravos guerrearem-se, por tantos sertões nossos e deles, devorando-se uns aos outros; porque em África guardam cativos; mas os botocudos assam-nos e comem-nos. – Porque motivo em lugar de irmos (contra os tratados e expondo aos cruzeiros ingleses navios e capitais) buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes dentro do Brasil prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar? – Teríamos com eles um aumento de braços menos perigosos que os dos negros, porque daqui a pouco, estariam misturados conosco em cor e tudo, e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem.¹³⁷

Por um argumento de temor pelo futuro do Brasil, Varnhagen envolve o Império em um enredo no qual o tráfico de *africanos*, herança da condição *colonial*, não traria nada além de prejuízos. O que está em jogo aqui, novamente, é um argumento que opera com expectativas de futuro que se articulavam pelo conhecimento que esse cidadão tinha das *chagas do país*, empecilhos para que nos elevássemos a uma Nação civilizada. *Civilizar* o índio, nesse caso à força, era

¹³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 8.

¹³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 32.

tanto uma das formas de prevenir um futuro indesejável para ao Império, quanto meio de garantir (a longo prazo) uma população homogênea para a Nação. Para tal, indo diretamente contra os argumentos filantrópicos da época¹³⁸ (os quais chamava de *philo-tapuais*), Varnhagen defende que se retomassem as *bandeiras*.

Pelo sistema das *bandeiras* que o Governo não fazia mais que *tolerar* se conquistou todo o sertão com suas minas, que foram trabalhadas pelos braços dos índios e se deu quase cabo do indômito caiapó. E desenganemo-nos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte: e não temos outro recurso, para não estarmos séculos a espera que eles *queiram* civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que não resolvam a submeter-se, e o ocupar pela força essas terras pingues que estavam roubando a civilização¹³⁹.

Aos novos bandeirantes seria concedida a tutela dos índios capturados, que, caso abundassem, poderiam ser concedidos a outros por meio de algum procedimento que registrasse quem seria o responsável por tais cativos. Assim, a história enquanto mestra da vida resolvia parte do problema da mão-de-obra e da população nacional, pois a solução dada pelo autor do **Memorial** partia da constatação de que as bandeiras foram as responsáveis pela conquista do sertão e das minas. Assim, o *espaço de experiência* nacional (pois as bandeiras são lidas por Varnhagen como uma das forças que construíram o território da Nação) oferecia a cura para as *chagas do país*. Para tanto, era apenas necessário que se permitisse a tal movimento que novamente partisse sem direção ao sertão hasteando, nesse reviver, a bandeira da *civilização*. Especialmente porque os *índios* jamais iriam querer *civilizar-se*, a única medida era a guerra aberta que, nesse caso, pouco custaria ao Estado, este deveria apenas permitir as *bandeiras*, para que elas novamente sigam em sua expansão.

Ao lado da *civilização* dos ameríndios, Varnhagen defendia, como recurso, a mão-de-obra dos colonos europeus para garantir o fim do tráfico de *africanos*. Sobre estes Varnhagen argumenta, essencialmente, que era equivocado supor que não trabalhariam sob o clima tropical, era necessário apenas motivá-los pela garantia de propriedades (a ser distribuídas entre esses) e da sua integridade física.

O tom combativo de Varnhagen, ora contra as *adulações* ora contra os *philo-tapuais*, ou contra a inércia que mantinha diferentes pontos da administração

¹³⁸ Para uma análise detalhada da filantropia ao longo do Segundo Reinado ver **Os filhos das brechas e o Império do Brasil**, especialmente o terceiro capítulo.

¹³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 32.

do Império sem nenhum planejamento, sugere que ele já previa alguma resistência entre seus interlocutores. Há de se ter em vista que se Varnhagen apresentava diferentes argumentos contra os ameríndios, existia um conjunto maior de letrados que os cantavam. De Ferdinand Denis, autor do *Resumo da história literária do Brasil* (1825), Almeida Garrett, redator de uma *Bosquejo de história da poesia e língua portuguesa* (1826), Santiago Nunes Ribeiro, que argumentava a existência *Da nacionalidade da literatura brasileira* (1843)¹⁴⁰, chegamos a um conjunto de letrados, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, cuja notoriedade talvez não seja mais necessário comentar. Se tais indianistas (que aqui recebem tal nome, embora tal denominação não signifique uma univocidade) nos levariam a outra direção que não aquela dos anos de 1870 a 1890, a qualidade daqueles que os comentaram apenas dificultam uma síntese. Citemos novamente Roaunet¹⁴¹, Sussekind¹⁴², Ventura¹⁴³, Ricupero¹⁴⁴ e Kodama¹⁴⁵. Partindo deste conjunto de autores, o ponto que lhes parece recorrente é a presença de um debate **no qual** a Nação passa a ser representada de diferentes formas por um conjunto finito de elementos. Finito porque deveriam se articular de modo que as distâncias e regiões compusessem um uníssono. Assim como no **Memorial**, a Nação deve soar, pela poética ou pela narrativa de um passado, sempre no singular, jamais no plural, como uma única melodia cantada por timbres diferentes (o canto do *índio*, do *branco* e do silenciado canto dos *africanos*). Cada região seria um elemento a mais a ser entendido pelo outro, onde, por um jogo de comparações e traduções, eliminaria-se a possibilidade de uma natureza singular em uma província. Se no Mato Grosso canta um pássaro que só existe lá, esse seria comparado a outro de

¹⁴⁰ COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Ed. Americana: Prolivro, 1974. 1 v.

¹⁴¹ ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo: Siciliano, 1991.

¹⁴² SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. In: PIZARRO, Ana. **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial ; Campinas: UNICAMP, 1994, 2 v.

¹⁴³ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

¹⁴⁴ RICUPERO, Ricardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (coleção temas brasileiros).

¹⁴⁵ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005.

outra província em uma descrição que convenceria o leitor que não se tratam de coisas diferentes, mas manifestações de uma mesma coisa¹⁴⁶.

Se por uma lado a representação do índio possibilitava construir um passado e presente para a Nação, por outro, o Estado em construção lidava com essa *população* por sua herança. Mota¹⁴⁷ comenta o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional** gestadas ao longo do Segundo Reinado. Seu argumento se inicia pelas propostas de integração de Domingos Alves Branco Moniz Barreto (1788) e de José Bonifácio de Andrada e Silva (1823), nas quais foram definidos certos pontos (como, por exemplo, a utilidade ou prejuízo da presença de jesuítas na civilização dos ameríndios) que marcaram os debates sobre a integração indígena travados dentro do Instituto ao longo do Segundo Reinado. Sem enfatizar a preocupação indianista, Mota atenta para as diferentes proposições de integração ou extermínio dos ameríndios, onde está em jogo não só a expansão da civilização, mas os meios de se promover o progresso do Império.

Frente aos indianistas e às propostas de integração das comunidades indígenas no Estado, é digno de nota que, se a literatura indianista constituía pela representação do indígena uma referência que singularizava a Nação, aqueles que organizavam a ação do Estado para integrar os que ainda viviam também operavam por uma representação desses. A distinção entre o tupi (o índio falecido e idealizado) e o tapuia (o *botocudo* vivo)¹⁴⁸ não deixa de indicar o paradoxo das representações dos *selvagens* com o qual sócios do IHGB que publicavam na Revista (entre os anos de 1870 a 1890) como Visconde de Taunay e, principalmente, Couto de Magalhães, tinham de lidar. Nesse sentido, em o **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**¹⁴⁹ de Couto de Magalhães, comenta-

¹⁴⁶ Na Revista um artigo muito próximo a esse ponto (a ser comentado no próximo capítulo) é: TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 79-177, 209-339, 1869.

¹⁴⁷ MOTA, L. T. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional**. Diálogos Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 2, n. 2, 1998. p. 149-175.

¹⁴⁸ C.f. MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 1996. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB.

¹⁴⁹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

se que, embora um conjunto de sócios e letrados nacionais tenham tido certa felicidade na forma de proceder e representar os *selvagens* (Couto de Magalhães destaca, dentre outros, Gonçalves Dias, José de Alencar e Bernardo Guimarães) as considerações de Varnhagen (e as representação dos *selvagens* como *botocudos*) praticamente sintetizam o argumento contra o qual Couto de Magalhães se coloca, qual seja, a possibilidade de dar *civilização* e *trabalho* ao *selvagem* na ocupação do *sertão*¹⁵⁰. Porém, se seu argumento se distancia da representação do *selvagem* como *botocudo*, que jamais aderiria à civilidade e, assim, negava as proposições de Varnhagen, tais letrados partilhavam uma mesma questão: a utilidade ou não utilidade dos *selvagens* para o Império. Se em Varnhagen tal ponto remetia à superação da condição *colonial* (fragmentada, desigual e heterogênea, o oposto do que deveria ser uma Nação), em Couto de Magalhães tratava-se abertamente dos proveitos econômicos do emprego de *selvagens* na produção da borracha e da pecuária extensiva. Assim, embora as propostas sejam opostas, as motivações têm pontos de contato.

A consonância entre o **Memorial** e a Revista, porém, não se restringe apenas na disposição de “lidar” com os *selvagens*. No que se refere a uma discussão sobre Império e não sobre a Nação, o **Memorial** apresentava quase o mesmo argumento que Augusto Fausto de Souza construiu em seu **Estudo sobre a Divisão Territorial do Brasil**¹⁵¹. A crítica ao *estado atual*, herdeiro da inexistência de planejamento dos governos portugueses, a falta de cuidado com o *interior*, a desproporção entre as províncias que poderiam levar a uma guerra civil são pontos de partida tanto para Varnhagen quanto para Augusto Fausto de Souza construírem seus argumentos. Seria, por isso, redundante detalhar esse **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. A singularidade desse **Estudo** frente ao **Memorial**, além da evidente distância cronológica, é que Fausto de Souza explicita que a divisão territorial influenciava diretamente na vida política do Império, porém, sua conclusão não diverge da de Varnhagen, pois tratava-se de impedir “províncias grandes conquistando as pequenas, e uma guerra civil

¹⁵⁰ Ibid., p. 430.

¹⁵¹ SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

espantosa”, ou seja, para o *corpo da pátria* ser sadio, era imprescindível um equilíbrio entre os membros¹⁵².

Por fim, esperamos, por essa análise do **Memorial Orgânico**, ter dado alguma materialidade ao que chamamos de administrar o Império. Tal análise indica, também, que os sócios com os quais iremos nos deter com maior calma herdaram um conjunto de debates e, por estes, um vocabulário que, se não constituem uma *tradição*¹⁵³, compõem pelo menos um conjunto de disposições que servem para pensar diferentes assuntos. Assim, *civilizar, nação, população...* são conceitos que motivam um certo tipo de ação, uma ação sobre o Outro, pois partem de alteridades constituídas *a priori*. Algo semelhante ocorria nos debates sobre as fronteiras, cujos *limites* eram discutidos, como foi mostrado no **Memorial** (e será mais bem exposto no capítulo quatro), por uma herança que remetia a tratados e expedições muito anteriores a estes sócios. No entanto, se havia uma herança e um vocabulário que afirmam uma continuidade, uma experiência singularizava esse sócios: a guerra do Paraguai. Nesse sentido, é notável que, assim como a Revista manteve, entre os anos de 1870 a 1890, ativo os debates sobre fronteiras e nações, também comportou artigos de naturezas diversas que tematizavam a guerra. Evento sem precedente, a guerra foi uma experiência que marcou os sócios do Instituto Histórico, impondo viagens e combates, biografias de heróis e a construção de um tirano, além de o contato com *selvagens* e *paraguaios*. Nesse sentido, embora não afirmemos uma ruptura no Segundo Reinado, consideramos que a guerra se tornou, para aqueles que a viveram direta ou indiretamente, uma cicatriz que os diferenciava.

¹⁵² Fausto de Souza abre sua **Fortificações no Brasil** com a seguinte epígrafe: “Temos para nós que, quando o inimigo nos ameaça, há que prepararmo-nos para o receber à porta da casa não dentro dela depois de nos haver saqueado, para nos matar com as nossas armas, se não lhe pagamos os tributos, que nos impõe. História Geral do Brasil, Varnhagen, 1ª seção XXVI” (SOUZA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil**. 48 (71): 5-140, 1885). Essa epígrafe ilustra muito bem a consonância entre Varnhagen e Fausto de Souza que indicamos.

¹⁵³ Este conceito não é usado aqui para remeter a Hobsbawm e Terence, Edward Said fez uso desse conceito para enfatizar que o Orientalismo foi uma atividade erudita que se deu ao longo de um certo tempo e por um cuidado e incentivo de diferentes tipos de letrados. O mesmo poderia ser dito sobre o indianismo, que não se resumia apenas a um movimento literário. Um caso exemplar talvez seja o de Gonçalves Dias que, além de ser conhecido poeta, foi autor da *memória etnográfica O Brasil e Oceania* (1867). Em sua já citada tese, Kaori Kodama mostra como dentro do Instituto o debate sobre o ameríndio foi promovido por diferentes sócios envolvendo diferentes debates. Tendo em vista a continuidade deste debate entre os anos de 1870 a 1890 se torna possível falar de tradição no sentido empregado por Said: um conjunto de preocupações que se reafirmam pela produção letrada sobre um dado objeto.

3. 2.

A guerra como *espaço de experiência*

O que nos cabe a nós, filhos desta geração, é aceitar o sacrifício, à que fomos chamados. O termo desta provação solene, por que passamos, ninguém o pode marcar.

Desejaria eu ter, podido, desde o começo desta luta, acompanhar o nosso exército, participando dia por dia das emoções do grande drama.

E assim, testemunha dos acontecimentos em ação, recolher os subsídios para habilitar a geração futura a avaliar da maneira, pela qual nós brasileiros temos desempenhado nossa responsabilidade nesta cruzada de civilização e de humanidade.

Falar-te-ei do que vi, e não te queixes de só dar-te uma pálida descrição de lugares, ou algumas recordações desta guerra, quando estamos no hábito de esperar sempre boas novas de quem chega do Paraguai.

Viagem ao Paraguai em Fevereiro e Março de 1869. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. 1873.

Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello partia do Rio de Janeiro dia 15 de Fevereiro, a bordo do transporte de guerra *Werneck*, em direção ao Paraguai. Partia em direção a uma “terra cheia de mistérios, que chamou repentinamente sobre si a atenção do mundo”¹⁵⁴ com a intenção de testemunhar uma *cruzada de civilização e de humanidade* que marcava sua *geração*. Por estas *recordações* iniciamos um quadro no qual a Revista do IHGB aparece como local de escoamento das experiências vividas pelas demandas da guerra travada no Paraguai.

A **Viagem ao Paraguai**, primeiro artigo a ser visto, se constrói pelo tempo. O dia e a hora organizam a exposição de Homem de Mello. Assim: “Às 11 horas da manhã de 24, passamos em frente à ilha de *Martin Garcia*, deixando-a a direita. Fica esta a 13 léguas de Buenos Aires”¹⁵⁵. Entretanto, a medida cronológica marca, acima de tudo, uma distância territorial. Quanto mais tempo passa, mais longe o narrador está de seu interlocutor, aproximando-se do *mistério* que motivava sua viagem.

Dessa forma, o passar do tempo propiciava o contato com paisagens que o viajante descrevia. Homem de Mello seguia seu caminho registrando as singularidades da paisagem, assim como algumas poucas cidades eram vistas ao longe até a chegada na cidade do *Paraná*, capital da província de Entre-Rios, onde Homem de Mello viu as primeiras edificações *mediócras* que tanto marcaram suas *recordações* e seu texto. Nesta cidade, dizia, “vi pela primeira vez soldados e

¹⁵⁴ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 5, 1873.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 7.

peças do povo, vestidos de *chiripá*, traje singularíssimo e repugnante”¹⁵⁶. Se a distância territorial estava implícita no passar do tempo, longe de seus interlocutores o autor começava a afirmar as palavras pelas quais definiria uma alteridade e descortinaria essa *terra cheia de mistérios*.

A viagem prossegue até que outro elemento de sua narrativa aparece na *barranca de Cuevas*: “é nesse o famoso passo forçado pela esquadra brasileira em 12 de Agosto de 1865”¹⁵⁷. Homem de Mello dava especial atenção a certos locais onde lutas decisivas teriam ocorrido, e o fazia, certamente, porque detinha informações coligidas antes ou ao longo de sua viagem sobre a atividade militar que desejava registrar. Assim, por saber que na *barranca de Cuevas* uma batalha havia sido travada, o autor se ocupava de tal local.

As águas do rio formam aqui um semicírculo, oferecendo a barranca duas extremidades ou pontas, admiravelmente dispostas para delas se hostilizarem quaisquer embarcações, que passem neste lugar. O canal é junto à margem esquerda, a tiro de pistola¹⁵⁸.

Se Homem de Mello não pôde testemunhar diretamente toda essa “cruzada de civilização e de humanidade”, pelo menos podia recuperar seus vestígios, descrever os terrenos onde se deram as batalhas. A possibilidade de reviver o passado permeia a construção de seu texto. Neste sentido, na medida em que a viagem se dava, o viajante encontrava diferentes *brasileiros* que viveram a *cruzada*. Ao encontrá-los e ouvir seus relatos “recolhia com avidez essas preciosas informações, que ali tinham o caráter de verdadeiros depoimentos”¹⁵⁹, pois o viajante desejava ver com os próprios olhos ou ouvir o relato daqueles que estiveram *lá*. Homem de Mello produzia, assim, um relato confiável (e legítimo para a crítica da época) sobre a guerra e sobre os habitantes e cidades desta *terra cheia de mistérios*.

A chegada à “terra dos sombrios terrores, dos mistérios impenetráveis”¹⁶⁰, no entanto, foi uma decepção. No momento em que a distância havia sido transposta e o *mistério* afrontava seus olhos, Homem de Mello não enxergava nada exuberante, via apenas ausências, produzindo definições que tinham dois sentidos: o Outro (aquele que não tem); o *nosso* (o que possui). De viajante,

¹⁵⁶ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 9, 1873.

¹⁵⁷ Ibid., p.10.

¹⁵⁸ Ibid., p.10.

¹⁵⁹ Ibid, p. 13.

¹⁶⁰ Ibid., p.12.

convertia-se em brasileiro e o *mistério* se tornava o Paraguai. Ao chegar à Villa Franca, afirmava: “Não conheço fazenda alguma nossa, ainda das mais secundárias, que não tenha mais edificações do que este aquartelamento”¹⁶¹. A falta de edificações é o indício inicial pelo qual Homem de Mello viria a definir o paraguaio.

Até aqui só encontramos as matas das margens do rio, os descampados silenciosos e tristes como desertos, os esteios dos *mangrulhos* das desamparadas *guardias* paraguaias, e alguns ranchos de palha.

Nenhum vestígio que indique a civilização, ou desenvolvimento de um povo. Nem cidades, nem edificações, nem cais, nem ainda estabelecimento algum, que servisse ao comércio e a indústria.

Por toda à parte os traços rudes e grosseiros da raça indígena, que uma vontade feroz adestrou no serviço das armas, como máquina de destruição contra os povos vizinhos¹⁶².

Sem *edifícios*, sem *comércio*, sem *civilização* os paraguaios são definidos como *índigenas rudes e grossos*. O problema foi que “uma vontade feroz [os] adestrou no serviço das armas”. Ou seja, o motor da guerra foi a vontade de um homem só, o *tirano* Solano Lopez fez do paraguaio um *adestrado* que, por sua incivilidade, não constituía um *povo*, mas uma *raça*. Entre as diferentes experiências que Homem de Mello teve em Assunção, esteve com três prisioneiros paraguaios que falavam apenas *guarani*. Chamava atenção ao brasileiro que, “Em vez de civilizar essas criaturas desvalidas, um tirano as arranca às suas selvas e às suas famílias”¹⁶³. Não se trata de uma crítica à retirada do *índio* de *suas selvas*, mas à intenção com a qual isso foi feito, pois *civilizar* e *adestrar* são ações sobre os *índios*, porém havia uma distância moral entre tais procedimentos. *Civilizar* implicaria operar uma transformação do *selvagem* em *civilizado* (em semelhante); *adestrar* era manipular a *raça* para um certo fim deixando-a em seu estado *selvagem*, algo condenável para Homem de Mello. Nesse sentido, o grande crime de Solano Lopez foi, além de não ter *civilizado*, ter se aproveitado da rudeza da *raça* para que cumprissem seus desígnios.

Dessa forma, na medida em que Homem de Mello apresentava o paraguaio e seu líder, interpretava a guerra, pois se esse brasileiro partiu em direção a uma *terra cheia de mistérios*, no revelar destes mistérios a guerra era compreendida. Mais do que uma exposição sobre o paraguaio ou sobre o Paraguai, a viagem de

¹⁶¹ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 15, 1873.

¹⁶² Ibid., p. 25.

¹⁶³ Ibid., p. 35.

Homem de Mello é uma interpretação que dá à guerra (experiência extraordinária) um sentido acessível. Afinal, pelo argumento desse letrado, a guerra se deu pela vontade de um *tirano* que submetia uma *raça* à sua vontade. Assim, o viajante transformava a destruição de um país em uma “cruzada de civilização e de humanidade”. “Honra á civilização brasileira, que varreu diante de si todos esses vestígios de um poder selvagem!”¹⁶⁴ dizia Homem de Mello quando encontrava os vestígios da destruição promovida pelo exército brasileiro.

Embora suas *recordações* e seu texto se concentrem na descrição das cidades de Assunção e Humaitá (que se assemelham ao que foi colocado até aqui), tais descrições conduzem a uma definição do paraguaio que traz em si uma explicação da guerra. O argumento de que eles seriam *índios adestrados* percorre diferentes momentos do artigo de Homem de Mello. Assim, a guerra tinha como causa

as mãos de um homem endurecido em uma intenção mais de ódio, do que de deliberação refletida, exterminar-se-á porventura o último paraguaio. Mas, ali nessas massas fanáticas, dadas à sujeição absoluta que vem dos tempos dos jesuítas, jamais se insinua o desânimo¹⁶⁵.

Subjugados desde os *tempos dos jesuítas*, os paraguaios não tinham vontade própria, não eram *cidadãos* ou *povo* justamente porque não participavam da vida ativa do seu país. Homem de Mello, no entanto, não trazia testemunho da *loucura* de Solano Lopez. Um testemunho deste teor foi prestado por outro sócio do IHGB, João Ribeiro de Almeida, com relação à Carlos Antonio Lopez, pai de Solano, autor das **Breves considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguai**¹⁶⁶, onde dizia:

Acompanhando ao Paraguai S. A. Real o Sr. Conde d’Eu, novo e muito ilustre general em chefe de todas as forças brasileiras em operações naquela república, ao penetrar no teatro de tanta heroicidade, sacrifícios, constância e glória para o nome brasileiro, eu não podia esquecer-me de que na qualidade de membro, embora obscuro, do Instituto Histórico Brasileiro corria-me o dever de concorrer, na proporção de minhas forças, para tornar mais conhecido aquele malfadado país e, sobretudo, para elucidar pontos poucos claros e questões duvidosas da guerra a que fôramos arrastados, de modo a facilitar as apreciações históricas¹⁶⁷.

¹⁶⁴ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 16, 1873.

¹⁶⁵ Ibid., p. 40.

¹⁶⁶ ALMEIDA, João Ribeiro de. **Breves considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguai**. 33 (41): 186-205, 1870.

¹⁶⁷ Ibid., 186.

Se a proposta de Ribeiro de Almeida era semelhante a de Homem de Mello (coligir informações confiáveis sobre o Paraguai e os paraguaios, sobre as razões da guerra e sobre seus heróis), ao invés do testemunho direto, Ribeiro de Almeida se valia de documentos, os *decretos* instituídos por um *tirano*, para definir sua *loucura* e *vaidade*. O brasileiro comentava tais decretos número a número.

1º mostra até que ponto Carlos Antonio Lopez era suscetível de ciúme pelas suas prerrogativas; pois que por esse decreto o dito presidente proíbe que haja repiques de sinos à entrada e saída do bispo nas Igrejas, assim como veda ao bispo o uso da capa magna...¹⁶⁸

Em cada decreto, Ribeiro de Almeida apresentava a mesma face a Carlos Antonio Lopez que Homem de Mello havia sugerido a Solano Lopez: um *tirano caprichoso*. Na mesma medida, ao lado da censura que se impunha ao *dito presidente*, transparecia o despreço que Ribeiro de Almeida tinha pela opção republicana. Cada crítica ao *presidente* se desdobrava em juízo da qualidade de seu governo. Chama a atenção, neste sentido, o *documento 4º*:

Pelo documento nº 4 se evidencia o nenhum respeito que na intitulada república se tinha pela liberdade e dignidade do cidadão. Por esse decreto ordenava Carlo Antonio Lopez que os denunciados como incorrigíveis ociosos fossem presos e castigados com 25 a 50 açoites, do mesmo modo por que se castigavam ladrões de estrada. Assim, bastava uma simples denúncia de ociosidade ou de resistência aos trabalhos da agricultura, para que, sem mais forma de processo, o cidadão sofresse castigo infame! Sempre a espionagem e a denúncia acoroçados, como se fossem meios honestos de governar!¹⁶⁹

Seria pouco lembrar que o Império mantinha, contra as mais diferentes pressões, a escravidão, pois sem dúvida alguma esses homens não eram considerados *cidadãos*. O espanto de Ribeiro de Almeida era como a *intitulada república* permitia a um *presidente*, no caso o pai do tirano responsável pela guerra, penalizar àqueles que deveria proteger. Além de uma inexistência de leis que o proibisse de impor *castigo infame* ao *cidadão*, Ribeiro de Almeida salientava a ausência de civilidade que operava na *república* movida não por virtudes, mas pelo *ciúme* e pela *loucura*.

No fundo e no superficial, a medida era a mesma: a *república* do Paraguai era o governo de um homem só, seja de Solano, seja de Carlos Antonio. *Lá* não havia *homens de boa fé* ou, se retomarmos o argumento de Homem de Mello, não

¹⁶⁸ ALMEIDA, João Ribeiro de. **Breves considerações acerca de alguns documento trazidos do Paraguai**. 33 (41): 189, 1870.

¹⁶⁹ Opus cit, 190.

havia *povo*. Por isso, bastava definir a posição ocupada por esse homem singular para conhecer a razão que movia toda a república do Paraguai à guerra. Afinal, o Império do Brasil, guiado por um *príncipe ilustrado*, não desejava o conflito. Desde a introdução de seu artigo (acima transcrita), Ribeiro de Almeida deixava claro que o Brasil havia sido *arrastado* para a luta. Assim, embora Homem de Mello partisse de um testemunho e Ribeiro de Almeida da exposição de documentos, a interpretação da guerra que sugeriam era semelhante: o Paraguai definiu a própria sorte na opção pela *república*, que era regida por um *presidente* que impunha sua vontade a uma *raça* que, por sua incivilidade e conseqüente passividade, não constituía um *povo*. No entanto, as falas sobre a guerra não eram homogêneas entre os sócios do IHGB, pois a sua longa duração tensionava àqueles que de longe a observavam.

O historiador deve ser como o anatômico, que só leva o escapelo da dissecação ao corpo morto; assim a crítica da história só pode aparecer depois que pesa sobre os acontecimentos a mortalha do tempo.

Mas não podemos deixar de responder desde já a uma censura que é quase geral. A guerra se tem prolongado muito tempo, grita-se, clama-se por seu fim. Se algumas faltas, alguns erros têm concorrido para isso, convém confessar que a guerra tem ido além do tempo que todos prevíamos, porque se não conhecia o solo em ela se desenvolveu, nem as forças e recursos do inimigo¹⁷⁰.

Moreira de Azevedo, em **O combate da Ilha do Cabrita**, diferente dos outros sócios do IHGB lidos até aqui, por ter não estado *lá*, e, por isso, seu discurso traz certa medida do impacto que a guerra teve na corte. Nesta *memória* de Moreira de Azevedo, as dificuldades de locomoção do exército pelos *pântanos* que provocavam o *vômito negro*, os rios que exigiam pontes, o inimigo que se movia em seu território e outras dificuldades compunham uma narrativa áspera. Se Homem de Mello e Ribeiro de Almeida tendiam a uma explicação, Moreira de Azevedo tratava das provações que a guerra impôs, explicitando o sacrifício dos *heróis* que combatiam e faleciam. Assim, enquanto os outros dois sócios operavam com um singular que designava um coletivo (o Brasil), Moreira de Azevedo trata de indivíduos especiais, tratava de *heróis*, tratava dos

grandes combates, os feitos guerreiros, as ações de valor, os atos de heroísmo que se hão praticado, pertencem já a história; por isso nos reunimos neste palácio, onde arquivamos os fatos da história pátria, esforçar-nos-emos por lembrar um dos feitos mais gloriosos dessa campanha que, se tem custado aflição, lágrimas e dificuldades de suma gravidade e peso, em compensação tem elevado o nosso

¹⁷⁰ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O combate da Ilha do Cabrita**. 33 (41): 9, 1870.

exército e armada á altura da fama em que estão os exército e armadas das nações que se dizem as primeiras do mundo¹⁷¹.

Uma vez que sua intenção era *lembrar* feitos *gloriosos*, Moreira de Azevedo trazia à tona as dificuldades da guerra que revelavam o *herói*. **O combate da Ilha do Cabrita** narrava uma luta onde se destacou o tenente-coronel Villagen Cabrita, cuja *ação heróica* garantiu a vitória do Brasil. O enredo termina com a morte do herói que sonhava com o reconhecimento que teria ao retornar para casa.

Chama a atenção que Moreira de Azevedo não declarou de onde tirou as informações necessárias para escrever essa *memória*, o que nos leva a considerar que circulava entre os sócios diferentes informações sobre a guerra, pois se fosse uma fonte extraordinária, Moreira de Azevedo (autor que usualmente cita sua fonte) a teria anunciado. Se ele afirmava que “A guerra se tem prolongado muito tempo, grita-se, clama-se por seu fim”, o fazia em sessão do Instituto frente a um conjunto de sócios que não se colocaram contra a impressão desta *memória* na Revista. Assim, começa a ganhar contorno a razão pela qual Homem de Mello e Ribeiro de Almeida se empenharam em justificar o conflito. Mesmo no IHGB, não havia consenso sobre as decisões tomadas ao longo da guerra. Sigamos, neste ponto, por uma obra de outro sócio do IHGB, **A Retirada da Laguna**¹⁷².

Em **A Retirada da Laguna**¹⁷³, Visconde de Taunay narrava parte de sua experiência na guerra com elementos próximos aos da **Viagem** de Homem de Mello. **A Retirada**, no entanto, tem um tom diferente. Taunay se dedicou a paisagem, assim como o outro sócio, porém o fazia comentando como os brasileiros se encontravam sem suprimentos, sem condições de lidar com o terreno desconhecido e, quando começavam a se *retirar*, o pior: a paisagem de pasto seco no qual os paraguaios ateavam fogo, técnica constantemente usada para oprimir os brasileiros em *retirada*. O contato com o território do Outro não mostrava uma *raça subjugada*, mas o despreparo dos brasileiros em lidar com um lugar desconhecido, isso porque a campanha na qual Taunay tomou parte teve qualidades singulares. Enquanto havia uma frente de ataque ao Paraguai que o

¹⁷¹ Ibid., p. 6.

¹⁷² Embora a **Retirada da Laguna** não tenha sido impressa na Revista, esta obra foi comentada por diferentes sócios como uma fonte importante de informação sobre a guerra e, por isso, será comentada aqui.

¹⁷³ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle Taunay **A retirada da Laguna**: episódio da guerra do Paraguai. MEDEIROS, Sergio (orgs). São Paulo: Companhia das Letras 1997.

acessava pelo Sul (por onde Homem de Mello fez sua viagem e por onde Duque de Caxias fez sua campanha), a expedição da qual Taunay fez parte foi enviada para abrir outra frente de ataque pelo Mato Grosso.

Esta combinação de dois esforços simultâneos teria, sem dúvida, impedido a guerra de se arrastar por cinco anos consecutivos, mas sua realização era extraordinariamente difícil, em razão das enormes distâncias que teriam de ser percorridas: para se ter uma idéia, basta relancear os olhos para o mapa da América do Sul e para o interior em grande parte desabitado do Império do Brasil¹⁷⁴.

No entanto, como o próprio autor comentava, a campanha não foi munida com o suporte necessário e só não foi um desastre total pelo auxílio prestado pelo *sertanejo* José Francisco Lopes, único que tinha algum conhecimento sobre a região da fronteira. O *sertanejo* se envolveu no combate, segundo Taunay passionalmente, porque sua família, enquanto moradora da fronteira, havia sofrido diferentes ataques e parte de seus familiares se encontrava prisioneira de paraguaios. Se o *sertanejo* tinha algum saber sobre a região, devemos citar uma passagem exemplar do conhecimento que os dirigentes que compunham a campanha tinham sobre o caminho a ser percorrido: foi o momento em que alcançaram o rio Apa.

O coronel, ao chegar, pediu que lhe dessem um pouco de água, da própria água do Apa e, ou porque vagas reminiscências históricas a respeito de rios famosos despertassem em sua memória, ou porque, após seu espírito passar por tantas agitações, experimentasse ele uma espécie de excitação febril, disse sorrindo: “Vejam a que horas provamos a água desse rio”. Olhou o relógio, bebeu e acrescentou no tom jovial: “Gostaria que esse incidente ficasse consignado na história da expedição, se algum dia ela for escrita”. Parecia desejar que lhe prometéssemos isso; em nome de todos, o próprio autor desse relato comprometeu-se a assim proceder, e o cumpre hoje com uma exatidão religiosa, pois a morte, da qual nosso chefe estava tão próximo, sabe, por sua natureza enigmática, enobrecer tudo, absorver tudo e tudo consagrar¹⁷⁵.

A chegada ao rio Apa não marcava apenas a chegada ao Paraguai; marcava um ponto que o coronel já conhecia por “vagas reminiscências históricas a respeito de rios famosos” que permeava o imaginário desses homens. Uma *geografia imaginativa*¹⁷⁶ para os quais boa parte do *interior* do Brasil que levava

¹⁷⁴ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. **A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras 1997, p. 37.

¹⁷⁵ Ibid., 55.

¹⁷⁶ A expressão é de Edward Said, pela qual o autor sintetiza um conjunto variado de produções letradas pelas quais o Oriente era conhecido por aqueles que nunca estiveram nele. Para os que lá chegavam, a *geografia imaginativa* cumpria o papel de orientá-los, possibilitando ao viajante gerar um relato que seus leitores reconhecessem enquanto um relato sobre o Oriente. O mesmo conceito

ao Paraguai era desabitada e desconhecida. O rio Apa foi das poucas referências tidas como familiar na **Retirada**, as paisagens ou regiões em geral eram conhecidas apenas pelo sertanejo que lhes servia de guia. Dessa forma, Taunay não poupava o leitor das dificuldades que experimentou, até porque sua intenção se aproximava a de Moreira de Azevedo. Ambos destacavam *heróis* e, para tal, explicitavam todo o tipo de dificuldade que esses homens viveram. Em certa medida, Taunay e Moreira de Azevedo dão testemunho do estranhamento que os relatos da guerra poderiam causar na época e, assim, é possível compreender por que Homem de Mello e Ribeiro de Almeida se dedicavam a interpretar o conflito da forma como fizeram. Colocando a responsabilidade do combate no *tirano* Solano Lopez e na república justificavam tanto a destruição que foi necessária para sua captura, quanto os diferentes sacrifícios impostos pela guerra. Como dizia Homem de Mello “O que nos cabe a nós, filhos desta geração, é aceitar o sacrifício, à que fomos chamados. O termo desta provação solene, por que passamos, ninguém o pode marcar”.

As experiências da guerra, no entanto, não resultaram apenas em considerações sobre a própria. O próprio Taunay descreveu seu caminho até o Mato Grosso em o **Relatório Geral da Comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a Província de Mato Grosso**¹⁷⁷ publicado na Revista em 1874, texto que se diferencia muito da **Retirada**. Por esse **Relatório**, iremos destacar que a guerra foi, para esses letrados dispostos a conhecer e administrar o Império, um caminho para conhecer e comentar o *interior*.

O **Relatório** segue um padrão rígido. Taunay comentava as cidades (dando informações sobre o comércio, vias de acesso e edificações), assim como as fazendas e as estradas percorridas. Cada rio era detalhado, assim como as pontes que neles ainda estavam ou que caíram. A fauna, e especialmente a flora, eram apresentadas por seus nomes latinos e vulgares ou eram apresentadas ao leitor pela comparação com alguma planta conhecida. Este **Relatório**, que o autor julgava interessante àqueles que se ocupam da *corografia*¹⁷⁸ do Brasil¹⁷⁹, trazia,

foi empregado por Demétrio Magnoli em **O Corpo da Pátria** para dar conta de uma geografia que operava com referências físicas para delimitar e disseminar o território nacional.

¹⁷⁷ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 79, 1869.

¹⁷⁸ C.f. MACEDO, Adriana Mattos Clén. **As corografias e a cultura histórica oitocentista**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

¹⁷⁹ Opus cit., p. 79.

então, um relato do *estado atual* de tais lugares e um conjunto de proposições implícitas em seus comentários.

Nesse sentido, Taunay associava a circulação pelo território ao progresso e o isolamento à atrofia. Ao descrever os caminhos que percorreu, mostrava como um determinado local progrediu, por nova via de acesso, ou como outro atrofiou ou não cresceu pela falta de caminhos. Ao chegar na fazenda de Manoel Teixeira (proprietário que recebeu a companhia) afirmava:

O café dá em abundância e imensas terras deixam-se em abandono pela impossibilidade de consumir o que a cultura poderia fornecer. Os transportes não permitem lucro para a exportação e só depois do gradual desenvolvimento das cidades que se acham na linha de Santos por meio do aumento de população e necessidades produzidas pela colonização que se dirija para esses pontos, tão cheios de riquezas naturais e tão desprezados, é que poderão estas fazendas do sertão dar certo elastério ao cultivo de suas terras e utilizar parte importante de suas extensas propriedades¹⁸⁰.

Taunay apresentava, então, pontos em seu **Relatório** muito próximos aos que comentamos nas **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**¹⁸¹. Seu **Relatório** reafirma que o interesse pelo interior (como as *fazendas do sertão*, por exemplo) estava imbricado com a disposição em administrar a Nação. Nesse caso, saber a melhor forma de promover o *progresso* e quais gêneros devem ser incentivados na *colonização desses pontos*. Ou seja, o argumento recorrente em seu **Relatório** não era outro senão os meios de promover uma expansão para dentro, pois, assim como Varnhagen, em seu **Memorial Orgânico**, Taunay desenhava duas regiões que compunham o Império: o centro e o interior. Seus comentários salientavam como a região *civilizada* poderia se expandir e anexar o *sertão* que se encontrava passivo e imóvel, como se fadado a não experimentar o progresso se não fosse feita uma intervenção civilizadora.

É notável que, ao lado de um rigor que levava o letrado a expor os diferentes detalhes, em certas ocasiões, especialmente em cidades, sobre soldados que desertavam, sem nome, informação ou possível motivação. A recorrente deserção é o único ponto que Taunay comenta sem dar detalhes. Em todo caso,

¹⁸⁰ TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 143, 1869.

¹⁸¹ As **Lembranças** foram comentadas no primeiro capítulo: “1º Notícias circunstanciadas da extensão da província, seus limites, e divisão em comarcas; seus rios, montanhas, campos e portos; da qualidade de seus terrenos e arvoredos; da sua mineração, agricultura e pescaria; de tudo em fim que possa servir à história geográfica do país”.

como não iremos entrar no mérito da forma como tais homens eram chamados para servir ao Império¹⁸², parece que o autor não deixava de cumprir sua função, mesmo em assuntos que não lhe interessavam.

Este **Relatório**, por fim, é exemplar do tipo de experiência imediata que alguns dos sócios do IHGB tiveram pelas demandas da guerra, reafirmando, por um caminho diverso, as palavras que abriam a **Viagem ao Paraguai** de Homem de Mello. “O que nos cabe a nós, filhos desta geração, é aceitar o sacrifício, à que fomos chamados”.

A Revista, como local de escoamento das experiências diretas e indiretas da guerra, mostra como essa experiência se tornou passado pela produção dos sócios do IHGB (seja pelo elogio aos *heróis* ou pela *cruzada civilizatória* que o Império empreendeu a guerra era interpretada e, assim, passava a outro momento que não o presente), constituindo um *espaço de experiência* aproveitado e posto a serviço de um *horizonte de expectativas* anterior. Pois se desde Varnhagen, e poderíamos recuar ainda mais, já estava em debate os meios de se promover uma *expansão para dentro*, a experiência da guerra reafirmou essa disposição. Os desdobramentos da atenção ao interior, não foram, após a guerra, outros que não a preocupação com os *limites nacionais*, com a redivisão das províncias (como já foi comentado, sistematizada por Augusto Fausto de Souza em seu **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**¹⁸³) e com a população que o habitava. No período com o qual lidamos, portanto, os limites nacionais e suas populações foram temas de *memórias* publicadas na Revista.

De todos os sócios que se dedicaram a comentar o sertão e seus habitantes, o que mais se destaca é Couto de Magalhães, especialmente porque de seu **Ensaio de Antropologia Região e Raças Selvagens**, publicado na Revista em 1873, escreveu **o Selvagem**, texto encomendado por D Pedro II para figurar na Biblioteca Americana da Exposição Universal do Centenário da Independência dos Estados Unidos na Califórnia¹⁸⁴. No entanto, o debate sobre o *interior* não deve ser acessado sem antes dar substância ao debate sobre os limites nacionais,

¹⁸² Entre outros, ver: IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. **Revista de Estudos Históricos**, Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001.

¹⁸³ SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

¹⁸⁴ Ver a introdução do **Diário Íntimo** de Couto de Magalhães, organizado por Maria Helena P. T. Machado.

feito na Revista em poucos porém significativos artigos. Isso porque a etnografia (e por ela incluímos a arqueologia) do Instituto deixa de ser uma proposição, se vista distante da preocupação com o território. Dito de outra forma, a etnografia, além de um interesse com vida própria, é um dos resultados da consciência de que o território nacional era um ponto em aberto que poderia se afrouxar¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Magnoli, em **O Corpo da Pátria**, comenta que as fronteiras ganham contorno fixo apenas em 1912, especialmente pela diplomacia do Barão do Rio Branco.